

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Lã com algodão: a aliança têxtil e a economia política do comércio compensado  
teuto-brasileiro (1934-1938)

VICTOR HURTADO

Orientador: Renato Perim Colistete

São Paulo

Junho 2022

Lã com algodão: a aliança têxtil e a economia política do comércio compensado  
teuto-brasileiro (1934-1938)

Victor Hurtado

Monografia apresentada ao Departamento de Economia das Faculdade de  
Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo  
como pré-requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Economia.

Orientador: Renato Perim Colistete

## **Sumário**

Este artigo analisa a estrutura das exportações brasileiras para a Alemanha entre 1934 e 1938, período de vigência dos chamados “acordos de compensação” entre o Brasil e aquele país. Por meio de estatísticas desagregadas do comércio exterior, procuramos identificar quais os setores sociais mais beneficiados pela vigência do comércio de compensação teuto-brasileiro.

Em linha com as intuições levantadas pela literatura, concluímos que os grupos exportadores do Nordeste e do Rio Grande do Sul, em especial aqueles produtores de algodão e lã, foram desproporcionalmente favorecidos pelo sistema de vendas compensadas. Não é de se estranhar, portanto, que as elites políticas desses estados tenham desempenhado um papel preponderante no *lobby* a favor da manutenção do comércio compensado, em especial quando este se viu ameaçado por uma mudança de política governamental em 1935.

Palavras-chave: História Econômica; Economia Política; Comércio de compensação.

# Índice de Capítulos

1. Introdução .....	6
1.1. Motivação .....	6
1.2. Objetivos de pesquisa .....	8
1.3. Metodologia .....	9
2. O Brasil na Nova Política comercial .....	10
2.1. A política alemã .....	10
2.2. A política brasileira.....	12
2.3. Observações Finais .....	15
3. A estrutura do comércio teuto-brasileiro .....	16
3.1. Visão geral .....	16
3.2. O café e o algodão .....	18
3.3. Borracha, couro, lã e fumo.....	21
3.4. Conclusão.....	25
4. O comércio compensado e a questão estadual.....	27
4.1. O regionalismo.....	27
4.2. O algodão em São Paulo e no Nordeste.....	28
4.3. Lã, couros, fumo e borracha. ....	31
5. Conclusão .....	35
Referências Bibliográficas.....	37

## Índice de Tabelas

Tabela 1. Proporção do valor exportado para a Alemanha no valor total exportado, 1932-1938.....	13
Tabela 2. Principais itens de exportação do Brasil para o mundo, 1934-1937.....	16
Tabela 3. Principais itens de exportação do Brasil para a Alemanha, 1934-1937. ....	16
Tabela 4. Quantidade de algodão em rama exportada para países selecionados (quilogramas), 1933-1938. ....	21
Tabela 5. Percentual das exportações absorvidas pela Alemanha (quilogramas), 1934-1935. ....	24
Tabela 6. Volume de algodão em rama exportado por porto de origem (quilogramas), 1935-1937.....	29
Tabela 7. Porcentagem das exportações de lã brasileira exportadas pelos portos do Rio Grande do Sul (volume), 1935-1937. ....	31
Tabela 8. Porcentagem das exportações de seringa (Hevea) brasileira exportadas pelos portos do Amazonas e Pará (volume), 1935-1937. ....	31
Tabela 9. Porcentagens das exportações de couros vacuns salgados por portos de cada estado (volume). 1935-1937 .....	32
Tabela 10. Porcentagem das exportações de fumo em folha brasileiro exportadas pelos portos da Bahia e do Rio Grande do Sul (volume), 1935-1937. ....	32

# 1. Introdução

## 1.1. Motivação

Apesar de sua curta duração, o comércio de compensação teuto-brasileiro<sup>1</sup> envolveu profundamente o governo e certos segmentos da opinião pública, por vezes suscitando calorosas discussões a respeito do tema. De fato, o crescente intercâmbio entre o Brasil e a Alemanha Nazista a partir de 1934 acaba motivando debates sobre a conveniência do sistema de compensações comerciais no Brasil<sup>2</sup>, dividindo aqueles que defendiam o uso de moedas bloqueadas e aqueles que seguiam se arvorando na manutenção do multilateralismo e das trocas em moeda conversível<sup>3</sup>.

O momento em que esse choque entre correntes de opinião se torna mais claro é no início de 1935, quando as autoridades brasileiras determinam a suspensão completa das exportações via moeda bloqueada<sup>4</sup>. O governo, carente de reservas, vê na manutenção do comércio compensado um empecilho ao pagamento de suas obrigações no exterior, já que as exportações realizadas no sistema de compensação não renderiam as tão necessárias divisas conversíveis. A reação a essa decisão governamental não tarda a se manifestar: associações de classe, parlamentares e governadores<sup>5</sup> intervêm politicamente e conseguem que todas as exportações - exceto o algodão – possam ser vendidas por marcos bloqueados novamente. Alegando que o fim das vendas em moeda bloqueada significaria o fim de todo o comércio com países como a Alemanha e Itália, esse *lobby* argumentava que a medida tomada pelo governo em 1935 arruinaria a economia de determinados estados<sup>6</sup>. Cerca de um ano depois, o governo finalmente cederia às últimas pressões e liberaria também a exportação de algodão.

---

<sup>1</sup> A duração do comércio compensado teria sido dos dois meses finais de 1934 até o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939.

<sup>2</sup> Por vezes, esses debates contaminavam os jornais, a câmara dos deputados e até alguns órgãos públicos. Hilton (1977), p. 147 menciona, por exemplo, “animados debates” no Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE).

<sup>3</sup> Muitas vezes o governo brasileiro tentava impedir a propagação desses debates. Hilton (1977) menciona a “censura completa sobre as notícias tratando das conversações com a Alemanha”, p.168. As vozes contrárias à compensação, como por exemplo o empresário Valentim Bouças, tiveram por vezes dificuldade em divulgar publicamente suas visões.

<sup>4</sup> Hilton (1977).

<sup>5</sup> *Idem*.

<sup>6</sup> Diário do Poder Legislativo, 2 de junho de 1935; Diário do Poder Legislativo, 18 de junho de 1935.

Mas afinal, quais seriam os grupos de interesse responsáveis por tamanha pressão em favor do retorno da compensação, capazes até de derrubar uma medida vista como de interesse nacional? É interessante notar que o Brasil não foi o único país onde teriam se formado fortes blocos políticos em defesa desse tipo de comércio com a Alemanha. Como sugerido por um contemporâneo, ao comentar sobre as consequências do *clearing* alemão nos Bálcãs: “[...] the high price levels maintained by German deliberate action over the whole range of agricultural products in South-Eastern Europe **have created a powerful and widely based vested interest** in trading with Germany. No Balkan government or political party could easily face the risks of putting an efficient brake to this trend [...].”<sup>7</sup>

Alguns autores brasileiros, como por exemplo Tronca (1996), enxergaram os militares como os principais interessados na compensação. Tronca menciona, ao comentar sobre o uso de marcos de compensação para aquisição de armamento ao exército brasileiro, que “[...] nada menos que 18 milhões de marcos compensados, acumulados pelo Banco do Brasil até o final de 1936 [...], vão permanecer bloqueados como garantia de cobertura para os contratos de armamentos [...]. Sob este prisma, mesmo a interpretação geralmente aceita de que o sistema de compensação foi vantajoso para o Brasil nessa fase [...] estaria merecendo uma revisão.”<sup>8</sup>. Na visão desse autor, o comércio compensado teria sido, portanto, um custo que a sociedade brasileira teve que arcar para sustentar determinados objetivos de defesa nacional – ou então, sustentar o corporativismo das *classes armadas*.

Outro autor que comenta brevemente o comércio compensado, o economista Marcelo de Paiva Abreu, qualifica bastante essa interpretação. Diz ele que “Ao invés de atribuir aos militares o *lobby* pelos acordos de compensação que permitiriam a compra de equipamento militar, como fazem alguns autores, a evidência disponível indica uma causalidade inversa: a acumulação de marcos de compensação indesejados levou [...] a aquisição de material bélico”<sup>9</sup>. O verdadeiro “*lobby*” a favor do comércio compensado teria uma composição bastante diferente: “[...] a expansão da parcela do mercado alemão nas exportações totais estava relacionada principalmente à sua crescente absorção de mercadorias produzidas no Rio Grande do Sul ou no Nordeste, **tornando politicamente**

---

<sup>7</sup> Momtchiloff (1944), pp. 21-22, grifo nosso.

<sup>8</sup> Tronca (1996), p. 416.

<sup>9</sup> Abreu (1998), p. 166.

**mais difícil interferir com o comércio de compensação, uma vez que Vargas dependia de forma crucial do apoio político fora de São Paulo.”<sup>10</sup>** Apesar de sugerir fortemente que interesses gaúchos e nordestinos eram os principais responsáveis pela pressão política a favor do sistema de compensação, Abreu (1998) parece chegar a essa conclusão quase que exclusivamente com base em fontes qualitativas, como documentos diplomáticos. Hilton (1977), que enfatiza mais que Abreu (1998) o papel das Forças Armadas, também chega a conclusões similares<sup>11</sup> utilizando os mesmos meios.

Existe, portanto, uma lacuna empírica nos trabalhos existentes sobre o comércio de compensação. Se os autores que trataram sobre o tema realmente chegaram a identificar quantitativamente quais eram as exportações brasileiras (e portanto os grupos de interesse) mais dependentes da Alemanha, isso ainda não foi exposto em nenhum trabalho. Acreditamos que uma análise mais quantitativa, que utilizasse como base as estatísticas disponíveis sobre o comércio exterior do Brasil, poderia ser uma contribuição valiosa a essa literatura da economia política do comércio compensado.

## **1.2. Objetivos de pesquisa**

Esse trabalho tem o propósito de reconstruir a economia política do comércio compensado teuto-brasileiro, identificando, com base em estatísticas desagregadas do comércio exterior, como era constituído o forte *lobby* que sustentou esse comércio entre 1934 a 1938. Com base em fontes empíricas não utilizadas em trabalhos anteriores, buscaremos confirmar se de fato eram os grupos exportadores do Sul e Nordeste os mais dependentes do comércio com a Alemanha. Se São Paulo realmente tinha menos razões para se engajar politicamente pelo comércio de compensação, como Abreu (1998) parece sugerir, estudaremos como essa relativa independência se deu, em contraposição à experiência dos outros estados.

---

<sup>10</sup> Abreu (1998), pp. 163-164, grifo nosso.

<sup>11</sup> Para bem da verdade, Hilton (1977) também atribui papel mais ativo a São Paulo, representado pela pessoa do chanceler José Carlos de Macedo Soares, na defesa do comércio com a Alemanha.

### **1.3. Metodologia**

Visamos reconstruir numericamente o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Alemanha durante os anos 1932 e 1938, tendo como objetivo final a identificação dos grupos de pressão mais interessados no comércio de compensação. Com base nos relatórios publicados regularmente sob os nomes de *Comércio Exterior do Brasil*<sup>12</sup> e *Estatística do Comércio do Pôrto de Santos com os países estrangeiros*<sup>13</sup>, as exportações brasileiras serão desagregadas em mercadorias individuais, por país de destino, para que sejam apontados os produtos mais dependentes dos compradores alemães. As informações sobre esses produtos serão então cruzadas com seus portos de origem, permitindo que se chegue a uma ideia geral das regiões brasileiras mais afetadas pelo comércio compensado - e portanto mais propensas a defenderem politicamente esse *status quo*. Para guiar nossa análise, recorreremos a fontes qualitativas como periódicos contemporâneos e o *Diário do Poder Legislativo*.

---

<sup>12</sup> Publicado pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional.

<sup>13</sup> Publicado pela Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo.

## 2. O Brasil na Nova Política comercial

### 2.1. A política alemã

Em julho de 1934, uma volumosa missão comercial alemã, com destino à Argentina, é recebida por oficiais brasileiros ao fazer escala no Rio de Janeiro. Os delegados alemães, que tinham como objetivo explícito a facilitação da penetração econômica do *Reich* na América do Sul, chegam a ventilar com os brasileiros a possibilidade da intensificação do comércio teuto-brasileiro por vias pouco convencionais, como a permuta ou o clearing, mas são recebidos com cautela por seus interlocutores<sup>14</sup>. Antes de resumirem a viagem para Buenos Aires, contudo, os emissários Hitlerianos deixam uma mensagem bastante clara para os brasileiros: a não aceitação do *clearing* ou da permuta por parte do Brasil levaria ao completo desaparecimento dos produtos brasileiros do mercado alemão<sup>15</sup>.

Longe de ser uma novidade proposta exclusivamente para o comércio entre o Brasil e a Alemanha, a prática do *clearing* bilateral era uma das várias “inovações” - junto dos controles cambiais, acordos preferenciais, tarifas e subsídios de todos os tipos - que surgiram na escalada protecionista do início dos anos 1930<sup>16</sup>. De fato, uma das consequências imediatas da moratória alemã de junho de 1933, em que o recém-empossado gabinete de Hitler suspendeu o pagamento de todas as dívidas alemãs de longo prazo, foi a da adoção do *clearing* entre a Alemanha e certos países detentores de dívida de curto prazo germânica, como a Suíça e os Países Baixos<sup>17</sup>. Nesses entendimentos de *clearing*, ficava definido que as divisas oriundas das exportações da Alemanha para esses países ficavam vinculadas ao pagamento das respectivas dívidas comerciais alemãs. Implicitamente ou não, o pagamento das obrigações alemãs se tornava então dependente de um aumento das importações permitidas pelos suíços e holandeses.

Para bem da verdade, as dificuldades cambiais que afetavam a nação centro-europeia, derivadas em parte das reparações de guerra e seus esquemas de pagamento correlatos – o Plano Dawes e o Plano Young - já haviam colocado a Alemanha em uma

---

<sup>14</sup> Para mais detalhes sobre a missão de 1934, ver Hilton (1977).

<sup>15</sup> *Idem*.

<sup>16</sup> Para mais detalhes sobre a “escalada protecionista”, ver Eichengreen e Irwin (2010).

<sup>17</sup> Sob o risco de retaliação britânica, o governo alemão recua e se contenta a perspectiva de uma moratória parcial. Para mais detalhes sobre a moratória de 1933 e o *clearing* com os países vizinhos, ver Tooze (2006).

rota de maior arbítrio estatal sobre os fluxos internacionais desde antes da moratória de 1933. No difícil ano de 1931<sup>18</sup>, ao optar pela não realização de uma desvalorização do *Reichsmark*, o governo alemão decide pelo estabelecimento de rígidos, mas não discriminatórios, controles cambiais<sup>19</sup>. Pouco tempo depois, em 1932, é celebrado o primeiro acordo bilateral alemão envolvendo moeda bloqueada, dessa vez, entre a Grécia e uma companhia de cigarros alemã, a *Reemtsma GmbH*. No mesmo ano, um peculiar esquema de subsídio aos exportadores alemães<sup>20</sup> também é posto em prática: o exportador que provasse ser pouco competitivo teria direito a usar sua receita em moeda forte para comprar títulos alemães nas praças de Londres e Nova York e revendê-los ao *Reichsbank* a um valor próximo de seu valor nominal<sup>21</sup><sup>22</sup>, efetivamente desvalorizando os marcos de exportação.

Mas seria só em 1934, com o anúncio do *Neuer Plan*, que o arcabouço alemão de controle estatal sobre os fluxos internacionais se tornaria plenamente maduro. Posto em prática em setembro de 1934, pouco depois da indicação de Hjalmar Schacht para o ministério alemão de economia, o *Neuer Plan* (Plano Novo) criava um complexo sistema burocrático de alocação dos escassos recursos cambiais, formando também as bases para os acordos de compensação. Esses “acordos de compensação”, operados pelo sistema *Aski*, substituiriam os antigos tratados de *clearing* comercial, pelo menos no caso do Brasil<sup>23</sup>.

Naquele setembro de 1934, 25 agências burocráticas<sup>24</sup> ganharam autorização exclusiva para emitir certificados de câmbio (*Divisenbescheinigungen*), que se tornaram obrigatórios para os importadores alemães realizarem encomendas no exterior<sup>25</sup>.

---

<sup>18</sup> Os controles cambiais alemães são estabelecidos como resposta à falência do *Creditanstalt*, maior banco da Áustria. No mesmo ano, o Reino Unido desestabiliza o comércio mundial ao abandonar o padrão-ouro e desvalorizar a libra. Eichengreen e Irwin (2010).

<sup>19</sup> Eichengreen e Irwin (2010).

<sup>20</sup> Outra forma de subsídio às exportações, que viria a ser aplicada anos mais tarde, era a ajuda direta, financiada por impostos especiais cobrados sobre a própria indústria alemã. De acordo com Tooze (2006), essa modalidade de subsídio chegou em 1935 a beneficiar o exportador médio alemão com cerca de 30% do valor de sua venda.

<sup>21</sup> Milward (1985).

<sup>22</sup> A atratividade do esquema de subsídios repousava nos baixos preços dos títulos alemães nas praças internacionais. De acordo com Tooze (2006), imediatamente antes da nomeação de Hitler como *Reichskanzler*, títulos de dívida municipais e corporativos alemães eram vendidos a aproximadamente 62% do seu valor nominal. Após a moratória de 1933, o valor ficou próximo de 40%.

<sup>23</sup> O Observador Econômico e Financeiro (maio 1936).

<sup>24</sup> Número de classes de commodities definidas pelas autoridades alemãs.

<sup>25</sup> Tooze (2006).

Paralelamente, são ainda criados os marcos ASKI (*Ausländer Sonderkonten für Inlandszahlung*), moeda bloqueada<sup>26</sup> que serviria como base para os futuros acordos de compensação. Explica Neal (1979) que um indivíduo que exportasse para a Alemanha pelo sistema dos marcos *Aski* cobraria um preço maior (bônus)<sup>27</sup> do que aquele que demandasse marcos conversíveis, mas dada a característica de moeda bloqueada, teria de vendê-los obrigatoriamente para um importador de bens alemães. Como epitomizado por pelo criador do plano, a nova política alemã de comércio compensado via *Aski* estabelecia que “o estrangeiro que desejar vender à Alemanha deverá agora ter o trabalho de proporcionar às mercadorias alemãs os necessários escoadouros no mercado mundial”<sup>28</sup>. Sob o *Neuer Plan*, o *Reich* não precisaria mais despender suas escassas reservas de moeda conversível para adquirir seus vitais insumos industriais; podia essencialmente “trocá-los” por suas próprias mercadorias.

As consequências do Plano Novo não tardariam a aparecer: a partir de 1934, ocorre uma verdadeira proliferação de acordos de *clearing* e compensação envolvendo a Alemanha. Estima-se que, no início de 1938, cerca de 25 países participassem de algum tipo de esquema análogo com o *Reich*, com mais da metade do comércio germânico sendo conduzido por meio destes<sup>29</sup>. O próprio Brasil, tendo se convencido dos argumentos apresentados pelos representantes Hitlerianos na missão de julho de 1934, entra na lista dos adeptos do comércio de compensação antes mesmo do final daquele ano.

## 2.2. A política brasileira

Temerosos de ver o país excluído do promissor mercado do *Reich*, os oficiais brasileiros tratam de formular um plano assim que a comitiva alemã retoma seu curso em direção à Argentina. Em agosto de 1934, *clearings* individuais chegam a ser postos em

---

<sup>26</sup> O marco *Aski* era uma moeda bloqueada no sentido que o *Aski* oriundo da exportação para Alemanha só poderia ser utilizado em compras da própria Alemanha.

<sup>27</sup> Menciona Tooze (2006) que o algodão brasileiro era precificado pelos alemães 47% acima da média dos mercados globais. De acordo com o autor, a politização da economia alemã nos anos 30 era tamanha que os preços de importação já estavam completamente desalinhados com os do resto do mundo; mark-ups elevados (como no caso do Brasil) eram concedidos para determinados países com o único objetivo de manter esses produtores fiéis à compensação.

<sup>28</sup> Frase de Hjalmar Schacht. *O Observador Econômico e Financeiro* (maio 1936), p. 16.

<sup>29</sup> Os acordos de *clearing* mais importantes foram realizados entre a Alemanha e países menos desenvolvidos, como os da América do Sul e Europa Oriental. Sobre o comércio entre a Alemanha e os países da periferia europeia (mas não exclusivamente), ver Neal (1979).

prática para transações particulares entre alemães e brasileiros<sup>30</sup>, mas a formato final do comércio entre as duas nações teria de esperar o *Neuer Plan* e a criação do sistema *Aski*<sup>31</sup>.

Com o objetivo de evitar publicidade e potenciais retaliações dos Estados Unidos e outros países<sup>32</sup>, o entendimento comercial de novembro de 1934, que viria estabelecer o comércio compensado teuto-brasileiro, não passa de uma troca de notas entre negociadores alemães e brasileiros<sup>33</sup>. O *acordo de cavalheiros* entre as duas partes determinava, em primeiro lugar, o estabelecimento de uma conta *Aski* do *Reichsbank* no Banco do Brasil, onde seriam depositadas as receitas das exportações brasileiras para a Alemanha. O importador brasileiro, se tivesse a intenção de comprar produtos alemães, poderia então comprar esses marcos bloqueados dos exportadores e cobrir sua encomenda no exterior<sup>34</sup>. Além do acordo bancário, foi definido que a Alemanha estabeleceria quotas de importação para determinadas commodities brasileiras, como cacau, lã, algodão, fumo, peles e outras<sup>35</sup>. A partir do início do esquema de compensação, as exportações brasileiras para a Alemanha subiram sensivelmente (Tabela 1).

*Tabela 1. Proporção do valor exportado para a Alemanha no valor total exportado, 1932-1938.*

Exportações						
1932	1933	1934	1935	1936 <sup>36</sup>	1937	1938
8,82%	8,12%	13,13%	16,51%	13,23%	17,05%	19,06%

Nota: O valor em mil-réis das exportações está superestimado. Os itens do comércio teuto-brasileiro eram sempre registrados em marcos conversíveis, quando em muitos casos eram utilizados marcos de compensação. Abreu (1998) sugere a redução de todos os valores em 20%, técnica que não foi adotada aqui por duas razões: 1. Flutuação do marco compensado ao longo dos anos; 2. Impossibilidade de se definir a proporção de marcos de compensação para cada produto.

Fonte: Dados construídos a partir de Ministério da Fazenda. *Commercio Exterior do Brasil, Anos 1932-1936*; Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1937-1938, 1º Volume*.

<sup>30</sup> Hilton (1977).

<sup>31</sup> *O Observador Econômico e Financeiro* (maio 1936).

<sup>32</sup> Para uma visão detalhada sobre o posicionamento dos EUA na questão do comércio compensado brasileiro, ver Hilton (1977).

<sup>33</sup> Hilton (1977).

<sup>34</sup> *Idem*.

<sup>35</sup> *Idem*.

<sup>36</sup> A queda da participação alemã nem 1936 se deve provavelmente às restrições impostas pelo governo brasileiro à venda de algodão em moedas bloqueadas. *O Observador Econômico e Financeiro* (maio 1936).

O esquema funcionou ininterruptamente até fevereiro de 1935, quando o Banco do Brasil, sedento por divisas conversíveis<sup>37</sup>, determinou que 35% do valor de todas as exportações deveria ser entregue às autoridades na forma de moeda forte, forçando os exportadores remunerados em marcos Aski a trocar seus saldos por moeda forte.<sup>38</sup> Em maio, porém, proíbe-se completamente o comércio em moedas bloqueadas no Brasil, decisão que duraria até junho<sup>39</sup>. Após o mês de junho, passa a imperar o sistema em que todos os bens de exportação, com a exceção do algodão, poderiam ser vendidos em moeda bloqueada<sup>40</sup>.

Apesar da curta duração da interdição do comércio compensado, é interessante notar o vigor da reação desencadeada pelos grupos interessados na manutenção do comércio com a Alemanha. Barros Cassal (FUG-RS), por exemplo, deputado oposicionista gaúcho, chega a afirmar em discurso sobre a “política em geral” na Câmara dos Deputados que “[...] medidas para impedir o escoamento da produção nacional para os países cujas moedas não têm curso internacional. [...] Essa medida constituirá, consequentemente uma situação ruinosa para o meu estado [...]”<sup>41</sup>. Não é difícil encontrar manifestações similares originárias de outros estados da federação, mesmo aqueles cujos produtos de exportação em nada se assemelham aos do Rio Grande do Sul. Carlos Reis (PSD-MA), deputado federal maranhense, ao falar em nome da Associação Comercial do seu estado, fala também em nome de todo o “Norte”: “[...] Essa medida, fatalmente, nos colocará no seguinte dilemma: ou fecham as principais firmas comerciais do norte do Brasil, ou, então, será decretada, dentro em breve, a fallencia colectiva em todas as praças daquela região do nosso Paiz.”<sup>42</sup>.

Não é surpreendente que, dada a reação<sup>43</sup> de alguns setores organizados da sociedade brasileira, o algodão voltasse a ser comercializado em marcos de compensação algum tempo depois. Um entendimento final, de meados de 1936, reestabelecia o

---

<sup>37</sup> A escassez de divisas poderia ser aliviada se pelo menos uma parte dos produtos exportados por marcos bloqueados fossem capazes de competir em mercados de moeda conversível.

<sup>38</sup> *O Observador Econômico e Financeiro* (maio 1936).

<sup>39</sup> *Idem*.

<sup>40</sup> *Idem*.

<sup>41</sup> *Diário do Poder Legislativo*, 2 de junho de 1935, p. 892.

<sup>42</sup> *Diário do Poder Legislativo*, 18 de junho de 1935, p. 1315.

<sup>43</sup> Além dos discursos parlamentares já mencionados, consultar Hilton (1979) para numerosos exemplos de queixas contra a suspensão do comércio compensado. O autor ainda menciona algumas intervenções diretas com Vargas por parte de governadores.

comércio do algodão em marcos bloqueados, dessa vez definindo cotas máximas para a exportação de alguns produtos à Alemanha. No caso do algodão, por exemplo, ficou definido que “apenas” 62.000.000 do produto podiam ser vendidos em troca de marcos compensados<sup>44</sup>.

### **2.3. Observações Finais**

Esse incidente da suspensão do comércio de compensação pode revelar algumas coisas. Primeiramente, ele é um claro exemplo de grupos de interesse agindo organizadamente – e com sucesso - para evitar a interrupção do comércio compensado com a Alemanha, constituindo talvez uma manifestação brasileira daquilo que Momtchiloff (1944) já havia observado nos Bálcãs. Em segundo lugar, ele sugere que os benefícios do comércio de compensação podem ter sido regionalmente viesados, dada a aparente concentração dos protestos em alguns estados. A composição dos setores mais beneficiados pelo comércio de compensação, que se organizaram em 1935 para alterar a política governamental, assim como o nítido aspecto regionalista desses grupos, será explorada nos próximos capítulos.

---

<sup>44</sup> Hilton (1979), pp. 161-162.

### 3. A estrutura do comércio teuto-brasileiro

#### 3.1. Visão geral

Para que os grupos interessados na manutenção do comércio em marcos Askis sejam identificados é indispensável, primeiramente, descobrir quais foram as exportações brasileiras mais afetadas pelo advento do sistema de compensações. A estrutura das exportações brasileiras para a Alemanha e o mundo será exposta nesta seção, enquanto os principais itens de exportação para a Alemanha serão estudados individualmente na seção 3.2 e 3.3.

*Tabela 2. Principais itens de exportação do Brasil para o mundo, 1934-1937.*

Item de exportação	Valor total exportado para o mundo 1934-1937 (mil-reis)	Proporção do item no total exportado para o mundo 1934-1937
Café em grão	8.662.014.749	47,52%
Algodão em rama	2.978.834.645	16,34%
Pele de cabra	1.024.107.944	5,62%
Cacau em amêndoas	780.194.471	4,28%
Couros vacuns, salgados	390.133.113	2,14%
Laranjas	316.818.460	1,74%
Outras exportações	18.227.823.239	22,36%

Fonte: Dados construídos a partir de Ministério da Fazenda, *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937*.

*Tabela 3. Principais itens de exportação do Brasil para a Alemanha, 1934-1937.*

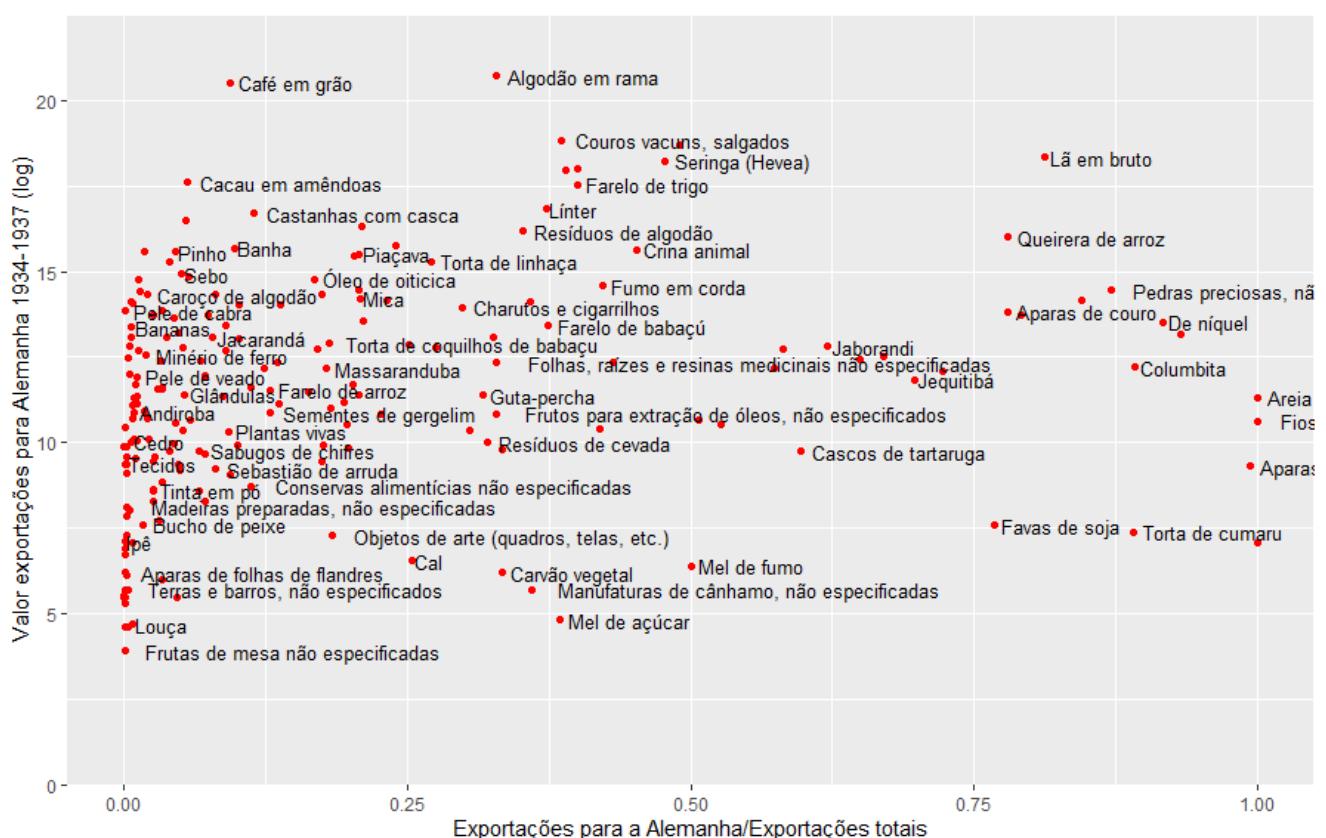
Item de exportação	Valor total exportado para a Alemanha 1934-1937 (mil-reis)	Proporção do item no total exportado para a Alemanha 1934-1937
Algodão em rama	979.610.920	36,86%
Café em grão	814.004.575	30,63%
Couros vacuns, salgados	150.456.504	5,66%
Fumo em folha	129.894.184	4,89%
Lã em bruto	92.625.300	3,49%
Seringa (Hevea)	82.108.554	3,09%
Outras exportações	409.092.325	15,39%

Nota: O valor em mil-reis de alguns produtos pode estar superestimado. Os itens do comércio teuto-brasileiro eram sempre registrados em marcos conversíveis, quando em muitos casos eram utilizados marcos de compensação. Abreu (1998) sugere a redução de todos os valores em 20%, técnica que não foi adotada aqui por duas razões: 1. Flutuação do marco compensado ao longo dos anos; 2. Impossibilidade de se definir a proporção de marcos de compensação para cada produto.

Fonte: Dados construídos a partir de Ministério da Fazenda, *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937*.

O comércio de exportação com a Alemanha – assim como com o resto do mundo – era fortemente concentrado em alguns poucos produtos, com os 6 principais itens de exportação<sup>45</sup> correspondendo a quase 85% do valor exportado para aquele país. Apesar disso, nem todas as exportações tradicionais do Brasil, como as peles de cabra, o cacau e as laranjas figuram entre as principais exportações para a Alemanha. O próprio café, responsável por quase metade do valor das exportações totais brasileiras, era sub representado no comércio teuto-brasileiro. Por outro lado, produtos como a lã, que por sua vez correspondia a menos que 1% do valor total exportado pelo Brasil, eram bastante importantes no comércio com o *Reich*. Não é surpreendente que a lã, junto a outros itens como a quirera de arroz, tenha se tornado dependente de uma Alemanha monopsonista<sup>46</sup> (Gráfico 1).

*Gráfico 1. Valor total (log) de cada produto exportado para a Alemanha e porcentagem de cada produto absorvida pela Alemanha, 1934-1937.*



Fonte: Dados construídos a partir de Ministério da Fazenda, *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937*

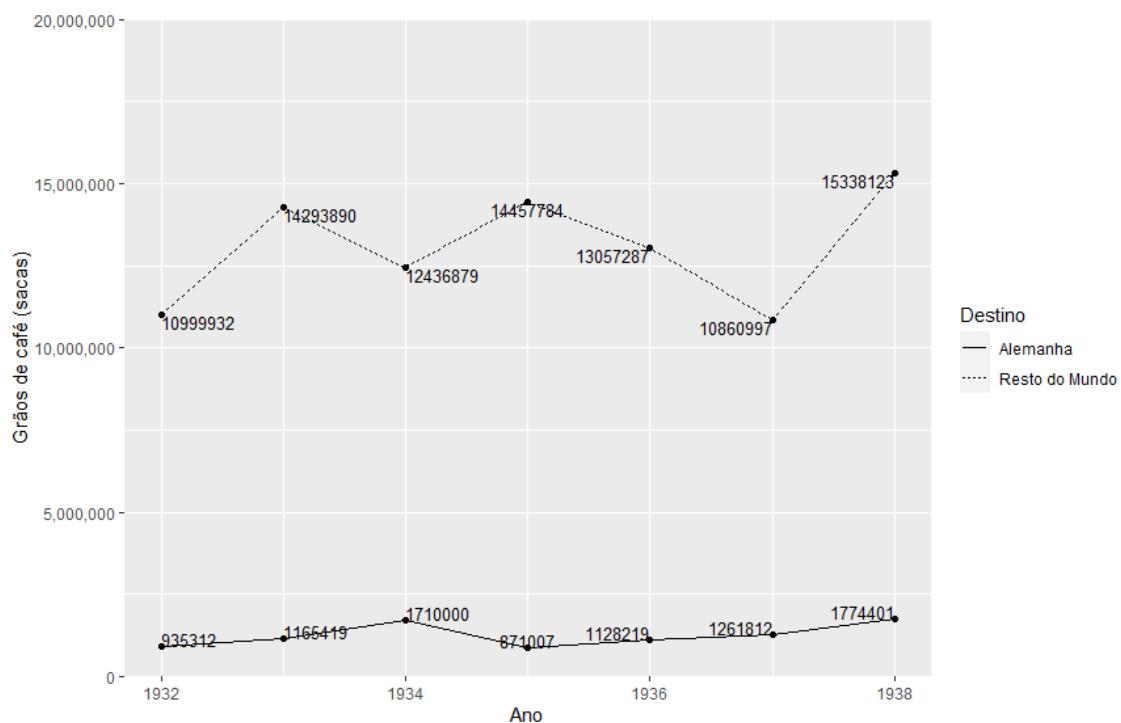
<sup>45</sup> Foram mencionados os produtos cuja participação nas exportações para a Alemanha fosse superior a 3%.

<sup>46</sup> Entre 1934 e 1937, 81,1% do valor obtido com a lã de ovelha e 78,3% do obtido com quirera de arroz se devem às compras da Alemanha. Em compensação, os alemães só compraram 9,4% do café brasileiro (em mil-reis). Ministério da Fazenda, *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937*.

### 3.2. O café e o algodão

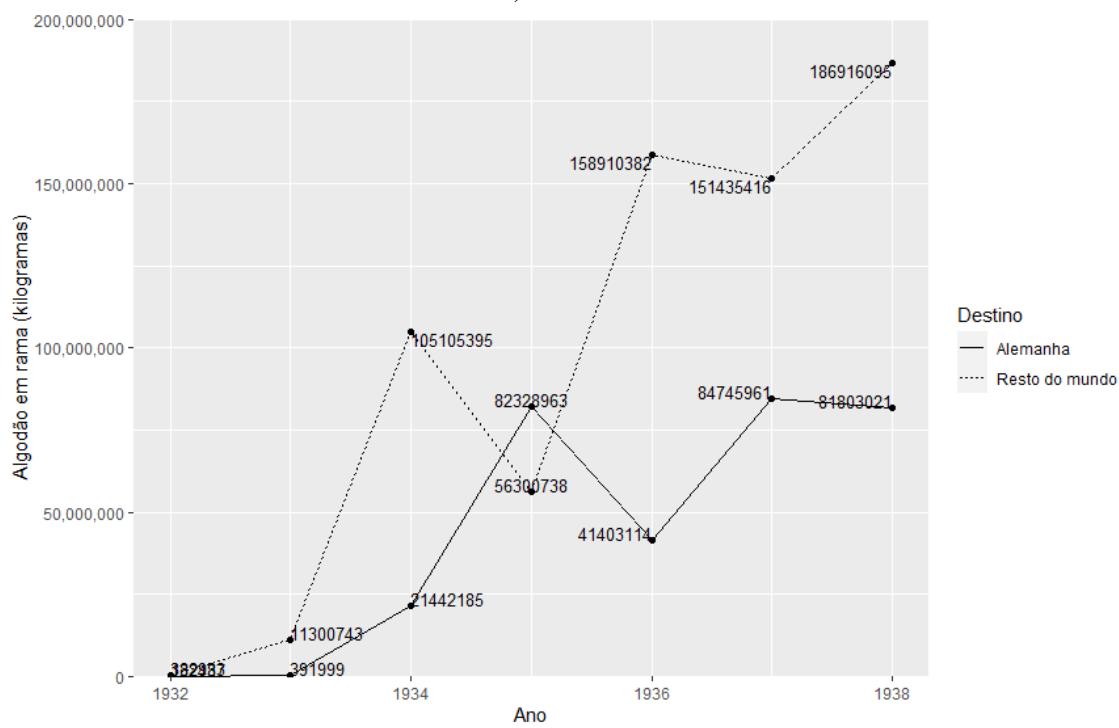
O café e o algodão se destacam por corresponderem, somados, a quase 70% do valor exportado ao *Reich* entre 1934 e 1937. Como veremos adiante, porém, os dois produtos desempenhavam papéis muito diferentes no comércio teuto-brasileiro.

*Gráfico 27. Sacas de café exportados para a Alemanha e o resto do mundo, 1932-1938.*



Fonte: Dados construídos a partir de Ministério da Fazenda. *Commercio Exterior do Brasil, Anos 1932-1936*; Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1937-1938, 1º Volume*.

*Gráfico 47. Quilogramas de algodão em rama exportados para a Alemanha e o resto do mundo, 1932-1938.*



Fonte: Dados construídos a partir de Ministério da Fazenda. *Commercio Exterior do Brasil, Anos 1932-1936*; Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1937-1938, 1º Volume*.

Os Gráfico 2 e Gráfico 3 indicam que o comportamento das exportações de café e algodão diferiram muito no período em questão. Em primeiro lugar, quase 60% do algodão brasileiro foi consumido pela Alemanha no ano de 1935<sup>47</sup>, enquanto a maior proporção anual de café brasileiro absorvido por aquele país foi de aproximadamente de 12%, em 1934. O que se destaca, no caso do café, é que após uma exportação recorde<sup>48</sup> de 1.710.000 sacas ter sido efetuada no ano de 1934<sup>49</sup>, as vendas do produto para a Alemanha desabam no ano seguinte e só se recuperam em 1938. O desempenho inexpressivo das vendas de café para a Alemanha, mesmo em um período em que o sistema de compensação garantia incentivos para que os exportadores brasileiros

<sup>47</sup> O Brasil se torna o mais importante fornecedor de algodão à Alemanha em meados dos anos 1930, dado que o intercâmbio comercial entre os Estados Unidos e a Alemanha sofre um verdadeiro colapso após a moratória alemã de 1933. Tooze (2006).

<sup>48</sup> Cerca de 83% maior que do ano de 1932 e 47% maior que de 1933.

<sup>49</sup> As compras alemãs de café brasileiro passaram por um “boom” a partir de agosto de 1934. Os *clearings* daquele ano, portanto, parecem ter sido mais importantes para o café que o comércio em marcos Aski. Hilton (1979), pp. 92-93.

buscassem aquele mercado, não deixou de ser observado por observadores contemporâneos. *O Observador Econômico e Financeiro*, jornal francamente contrário à existência de trocas em moedas bloqueadas, percebe esse fato e não deixa de utilizá-lo como argumento: “[...] enquanto a Alemanha nos compra algodão, não importa o nosso café!”<sup>50</sup>. Sugere *O Observador* que, dadas as elevadíssimas encomendas de algodão nos primeiros meses de 1935, a própria Alemanha teria ficados sem marcos de compensação para realizar as importações de café do Brasil<sup>51</sup>.

De modo muito diferente do café, os exportadores brasileiros de algodão parecem ter sido realmente afetados pelos altos retornos em mil-réis das transações compensadas. Não apenas as exportações de algodão para a Alemanha sobem vertiginosamente entre 1934 e 1935, mas além disso as vendas do produto para a Alemanha seguem uma tendência inversa da do resto do mundo. A partir de 1934, as exportações de algodão para o resto do mundo caem sempre que as para a Alemanha aumentam e vice-versa, sugerindo que os plantadores escoassem o algodão para outros mercados sempre que algo impedisse o acesso aos compradores alemães.

Essa tendência peculiar nas exportações de algodão não deixa de ser percebida pelos redatores de *O Observador Econômico e Financeiro*, que tentam explicar o fenômeno. O jornal, que utiliza dados mensalmente desagregados da exportação de algodão, mostra uma clara queda nas vendas de algodão para Alemanha após um ápice em fevereiro de 1935, coincidindo com o início das restrições governamentais às exportações em moeda bloqueada<sup>52</sup><sup>53</sup>. Além disso, as exportações para a Grã-Bretanha, mercado tradicional do algodão brasileiro, subiram fortemente durante a vigência das restrições à venda de algodão em moeda bloqueada, indicando que os exportadores estavam simplesmente vendendo em outros mercados aquilo que venderiam ao *Reich*.

Esse comportamento das vendas do algodão tem dois significados. O primeiro é que os plantadores de algodão eram claramente beneficiados pelo sistema de compensação e vendiam seus estoques para a Alemanha sempre que possível. O segundo,

---

<sup>50</sup> *O Observador Econômico e Financeiro* (maio 1936), p. 19.

<sup>51</sup> *O Observador Econômico e Financeiro* (maio 1936), p. 20.

<sup>52</sup> *O Observador Econômico e Financeiro* (maio 1936), p. 19.

<sup>53</sup> Como mencionado no Capítulo 1, fevereiro foi o mês do estabelecimento da cota cambial de 35%, sendo que, entre e maio de 1935 e junho de 1936, a venda de algodão em marcos *Aski* seria proibida. Hilton (1979), menciona a existência de transações compensadas ilegais no período.

implícito na decisão governamental de junho de 1935 de manter as vendas de algodão por moeda bloqueada proibidas, é que pelo menos uma parte dos exportadores de algodão era perfeitamente capaz de competir sem os preços inflados em mil-réis do comércio em marcos *Aski*. Mesmo com o comércio teuto-brasileiro comprometido, as exportações totais não pararam de crescer (Tabela 4).

*Tabela 4. Quantidade de algodão em rama exportada para países selecionados (quilogramas), 1933-1938.*

	Exportações					
	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Alemanha	391.999	21.442.185	82.328.963	41.403.114	84.745.961	81.803.021
Reino Unido	9.449.248	66.340.344	25.939.430	65.820.668	47.329.707	59.447.616
França	728.744	11.237.490	10.664.222	14.961.473	12.709.458	29.749.090
Japão	81.258	1.695.627	2.491.617	43.328.164	50.918.047	60.159.173

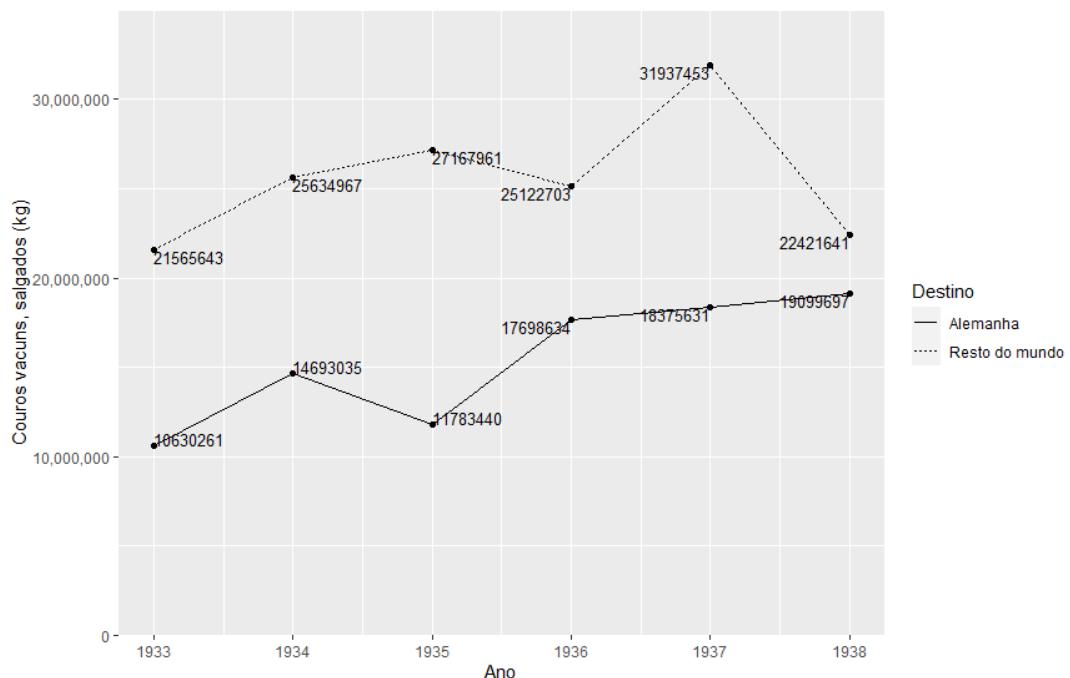
Nota: Com o retorno das vendas de algodão compensadas em junho de 1936, as vendas para a Alemanha voltam ao patamar de 80.000 toneladas/ano. Apesar disso, a trajetória do algodão mostra que as vendas de algodão para a Alemanha efetivamente substituíram as para outros países (em especial o Reino Unido).

Fonte: Dados construídos a partir de Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937*; Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1937-1938, 1º Volume*.

### **3.3. Borracha, couro, lã e fumo.**

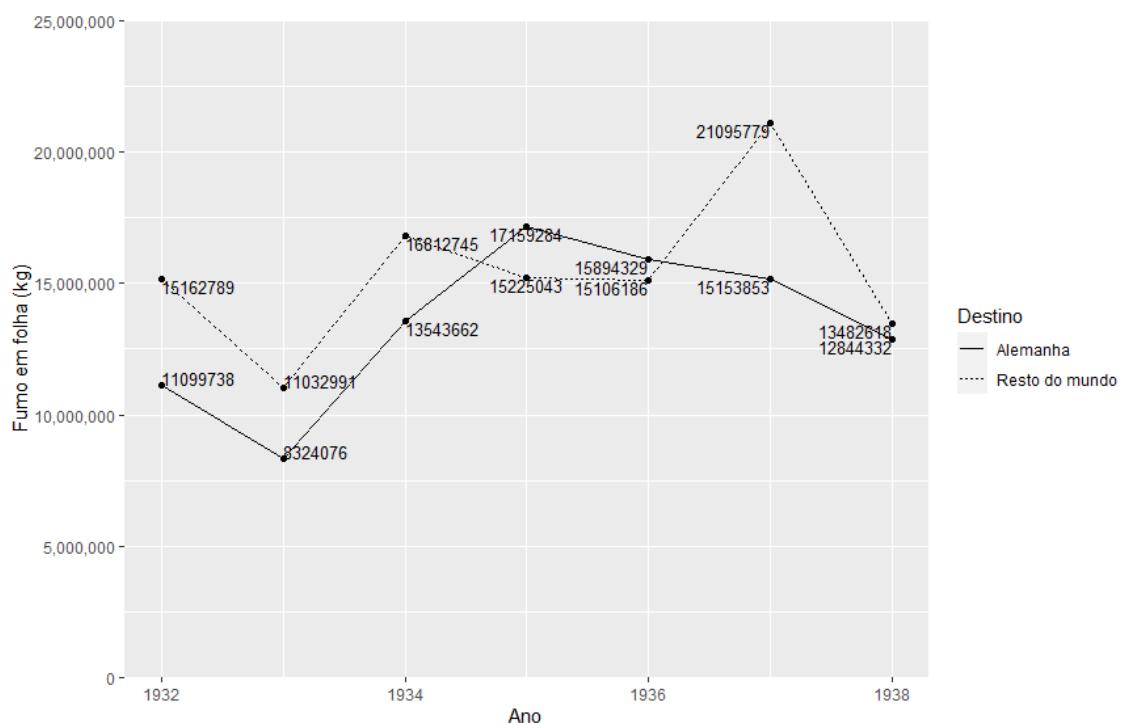
Apesar de ocuparem um espaço secundário nas vendas para o *Reich*, itens como borracha, couro, lã e fumo eram individualmente responsáveis por mais de 3% do valor exportado para aquele país. Todos os quatro produtos tiveram a Alemanha como seu mais importante comprador durante todo o período de 1934 e 1938, apesar de suas diferenças. Entre esses itens, os couros (Gráfico 4) são o único que nunca destinaram mais da metade de suas exportações ao mercado alemão.

*Gráfico 62. Quilogramas de couros vacuns, salgados, exportados para a Alemanha e o resto do mundo, 1933-1938.*



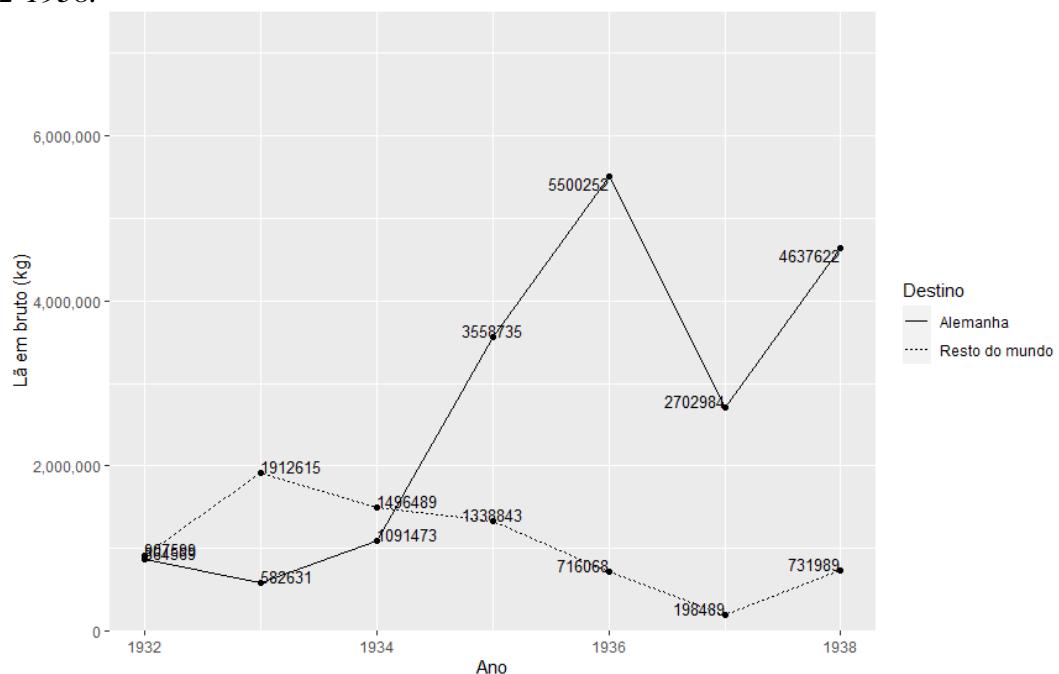
Fonte: Dados construídos a partir de Ministério da Fazenda. *Commercio Exterior do Brasil, Anos 1932-1936*; Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1937-1938, 1º Volume*.

*Gráfico 5. Quilogramas de fumo em folha exportados para a Alemanha e o resto do mundo, 1932-1938.*



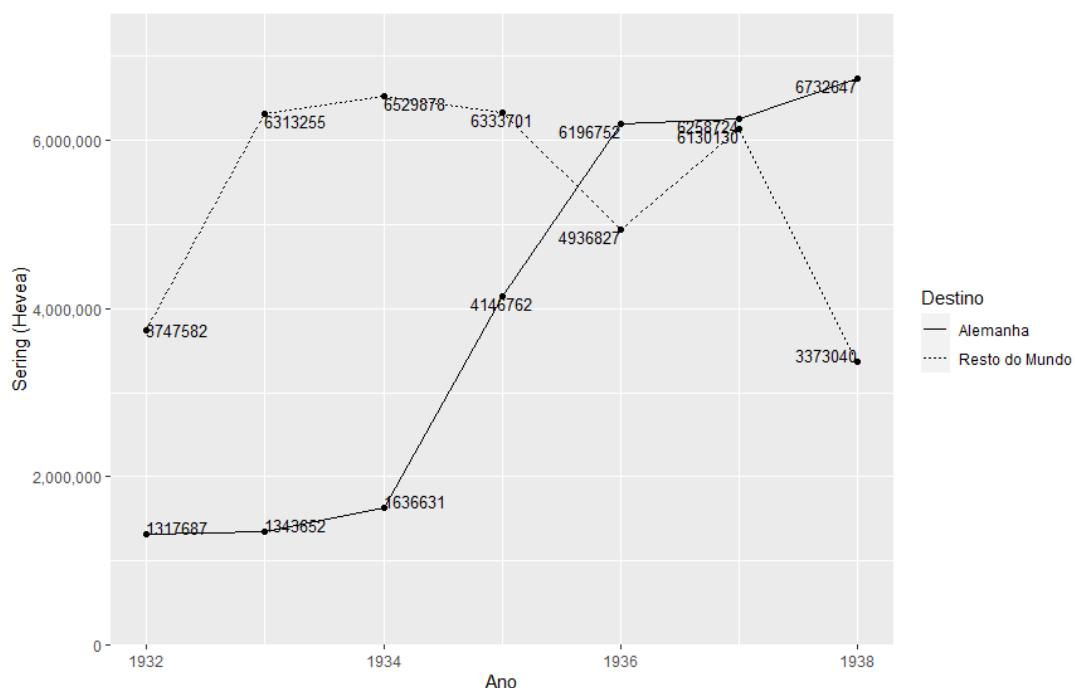
Fonte: Dados construídos a partir de Ministério da Fazenda. *Commercio Exterior do Brasil, Anos 1932-1936*; Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1937-1938, 1º Volume*.

*Gráfico 5. Quilogramas de lã em bruto exportados para a Alemanha e o resto do mundo, 1932-1938.*



Fonte: Dados construídos a partir de Ministério da Fazenda. *Commercio Exterior do Brasil, Anos 1932-1936*; Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1937-1938, 1º Volume*.

*Gráfico 6. Quilogramas de borracha (Hevea) exportados para a Alemanha e o resto do mundo, 1932-1938.*



Fonte: Dados construídos a partir de Ministério da Fazenda. *Commercio Exterior do Brasil, Anos 1932-1936*; Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1937-1938, 1º Volume*.

Apesar da importância da Alemanha como compradora desses quatro bens, isso não significa que todos tenham reagido da mesma forma ao *premium* de preços do comércio de compensação. Tanto os couros (Gráfico 4) quanto o fumo (Gráfico 5) já tinham na Alemanha um importante comprador quando o *Reich* ainda pagava as suas importações em câmbio conversível. São naturalmente esses dois produtos cuja dependência<sup>54</sup> da Alemanha se mantém mais constante ao longo dos anos, com os couros tendo 30,25% e 46,00% de mínimo e máximo, respectivamente, e o fumo tendo 41,80% e 52,99%<sup>55</sup>. A Tabela 5, que compara a dependência que cada um dos quatro produtos tinha da Alemanha em 1934 e 1935, pode ser uma boa indicação do impacto de como o início da compensação pode ter alterado as decisões de investimento dos produtores.

*Tabela 5. Percentual das exportações absorvidas pela Alemanha (quilogramas), 1934-1935.*

Ano	Couros vacuns, salgados	Fumo em folha	Lã em bruto	Seringa (Hevea)
1934	36,43%	44,62%	42,18%	20,04%
1935	30,25%	52,99%	72,66%	39,57%

Nota: dado que algumas compras em marcos bloqueados foram realizadas nos dois últimos meses de 1934, o efeito do início da compensação deve ter sido mais dramático que o observado na tabela.

Fonte: Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937*.

De fato, as compras alemãs de lã (Gráfico 6) e borracha (Gráfico 7) foram provavelmente muito afetadas pela compensação. Diferentemente do algodão, contudo, que teve a produção (internacionalmente competitiva) desviada para o *Reich* como resultado dos altos preços pagos pelos alemães, o caso da lã e da borracha parece ser a de produtos que não tinham condições de nos penetrar mercados estrangeiros sem algum tipo de subsídio. Nos dois casos, em especial no da lã, é possível que os preços altos<sup>56</sup>

<sup>54</sup> O termo “dependência” é usado aqui no sentido de dependência do mercado alemão, i.e., proporção das exportações de um bem compradas pela Alemanha.

<sup>55</sup> Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1932-1936*; Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1937-1938, 1º Volume*.

<sup>56</sup> Se os dados oficiais forem seguidos fielmente temos que a Alemanha pagava aproximadamente 7\$800 por quilo de lã brasileira em 1936, enquanto a “União belo-luxemburguesa”, o segundo comprador em volume, pagava cerca de 6\$500. A dificuldade de se mensurar o valor verdadeiro dos bens vendidos para

tenham criado uma demanda artificial, que cessaria assim que a Alemanha passasse a oferecer preços de mercado pela lã<sup>57</sup>.

### 3.4. Conclusão

Nem todos os produtos de exportação brasileiros responderam da mesma forma ao estímulo do comércio compensado teuto-brasileiro. Como inquirimos nesse capítulo, das mais importantes exportações do Brasil para a Alemanha, pelo menos o algodão, a lã e a borracha reagiram ao incentivo do sistema de compensação ou via deslocamento das exportações para Alemanha (caso do algodão) ou no aumento da produção sustentada tão somente na demanda artificial alemã (caso da lã e, em menor escala, da borracha). A exportação de café, couros vacuns e fumo – em especial o café – para a Alemanha não parece ter sido alterada tão sensivelmente pelo “entendimento” de 1934. Diferentemente do café, contudo, os couros e o fumo tinham a Alemanha como seu mais importante comprador.

É possível que o comportamento dos itens acima face o estímulo da compensação possa ser explicado pelos preços que a Alemanha pagava aos diferentes produtos brasileiros, em função dos preços internacionais de mercado. Tooze (2006) menciona um bônus de cerca de 40% para o algodão brasileiro, mas infelizmente não foram encontradas informações confiáveis para os outros produtos.

De qualquer forma, se for considerado que todos os itens desse capítulo encontravam na Alemanha preços acima da média mundial, todos os grupos exportadores teriam sua remuneração em mil-réis diminuída na hipótese de o governo brasileiro suspender as exportações em moeda bloqueada<sup>58</sup>. Apesar disso, a lã sofreria mais que os outros se aquela indústria – e isso parece ter sido o caso – tivesse sido realmente sustentada por cotas e preços artificialmente altos. No caso improvável de a Alemanha aceitar o posicionamento brasileiro e passar a efetuar as mesmas compras, agora em marcos conversíveis e a preços mais baixos, é possível que o volume de fumo e couros

---

a Alemanha, assim como a falta de informações sobre os preços vigentes nos outros potenciais mercados consumidores, torna esse número pouco representativo do real *bônus* pago pelos alemães. Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937*.

<sup>57</sup> Como mencionado no **Capítulo 2**, Hilton (1977) cita que cotas mínimas de lã brasileira foram estabelecidas depois do “entendimento” de 1934. Apesar de essa monografia não ter meios de estabelecer o volume dessa cota, é possível que ela tenha sido um fator importante na expansão desse comércio.

<sup>58</sup> Como foi feito brevemente em 1935.

para aquele mercado não fosse dramaticamente afetado, dada a existência de um razoável comércio antes de 1934.

Se, contudo, a Alemanha fosse fiel às suas ameaças<sup>59</sup>, e formulasse uma política de corte deliberado de todas as exportações brasileiras, os produtores de fumo e couros poderiam perder até metade de suas exportações (em volume)<sup>60</sup>. Apesar de a Alemanha não ser um mercado tão vital para o café brasileiro<sup>61</sup>, não está claro se esse excedente de café poderia ser vendido a outros países<sup>62</sup> dada a conhecida inelasticidade-preço da demanda pelo produto<sup>63</sup>. Como também sugerido nesse trabalho, é provável que os exportadores brasileiros de algodão conseguissem revender uma parte significativa de seus produtos a outros países, como o Reino Unido, no caso de uma redução violenta das compras alemãs.

O caso do algodão nos leva a um problema particularmente relevante, que é o dos efeitos distributivos do fim do comércio compensado. Como será explorado no capítulo seguinte, a suspensão temporária da venda do algodão em marcos, entre 1935 e 1936, afetou muito diferentemente as regiões do Brasil. Para além do algodão, é particularmente notória a concentração geográfica da produção de alguns bens de exportação brasileiros, como a lã - que provavelmente seria duramente afetada pelo fim do comércio de compensação. É só quando se leva em conta os efeitos distributivos estaduais, portanto, que o *lobby* político que sustentava o comércio compensado se torna identificável.

---

<sup>59</sup> Como mostrei no **Capítulo 2**, a alternativa ao comércio compensado com a Alemanha poderia ser a cessação do comércio teuto-brasileiro. O caso do comércio teuto-americano, que sofreu uma forte queda depois de 1933, pode servir como um contrafactual para a experiência brasileira.

<sup>60</sup> Não é tão claro se a Alemanha conseguiria formular um embargo efetivo a esses produtos. Para que isso fosse possível, o *Reich* precisaria primeiro achar um outro fornecedor dessas *commodities*, tarefa que talvez não seja fácil dadas as complicadas relações comerciais teuto-americanas.

<sup>61</sup> A Alemanha foi o terceiro maior comprador de café brasileiro, atrás dos EUA e da França (e suas possessões coloniais), durante todo o período de 1932 a 1938. Os EUA compraram mais da metade do café brasileiro em todos os anos mencionados. Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937*.

<sup>62</sup> Também não está claro se a Alemanha conseguiria encontrar outros mercados dispostos a suprir toda a sua demanda por café.

<sup>63</sup> Delfim Netto (1959).

## **4. O comércio compensado e a questão estadual**

### **4.1. O regionalismo**

Qualquer trabalho se proponha a estudar aspectos da economia política na Primeira e Segunda Repúblicas brasileiras estaria incompleto se não levasse em conta o papel preponderante do regionalismo<sup>64</sup> e das lealdades estaduais. Como explicado pelos brasilianistas Love, Wirth e Levine em seus clássicos estudos sobre o federalismo brasileiro entre 1889 e 1937, “Os Estados são as unidades tomadas para análise porque são os focos das fidelidades políticas e da própria organização política. Não houve partidos nacionais ou multiestaduais no período em questão.”<sup>65</sup>

O caso da suspensão do comércio compensado, em 1935, deixa essa preeminência do regional sobre o nacional bastante clara. Não só as queixas dos produtores eram articuladas politicamente pelos governadores de seus respectivos estados mas, acima de tudo, elas eram sempre formuladas em termos regionalistas. Quando o deputado gaúcho Barros Cassal, em junho de 1935, protesta contra o fim das vendas em marcos compensados, menciona que “Essa medida constituirá, consequentemente uma situação ruinosa para o meu estado [...]”<sup>66</sup>. Explicitando ainda mais o sentimento regional, o deputado Boto de Menezes (PRL-PB) apresenta ao parlamento um telegrama da Associação Comercial da Paraíba, que acusa o governo de privilegiar o estado de São Paulo em detrimento dos interesses nortistas: “O Conselho de Commercio Exterior [...] deliberou revogar a resolução anterior sobre a exportação de moedas bloqueadas, para readmitti-las em todos os productos, menos algodão. Tal decisão prejudica unicamente ao Nordeste [...]. A decisão do Conselho na forma como foi tomada aberra do princípio de igualdade de tratamento para com os Estados da Federação, sendo aconselhada uma reacção reivindicadora em prol da economia de nossa região.”<sup>67</sup>.

---

<sup>64</sup> O termo regionalismo é utilizado no seguinte sentido: “‘Regionalismo’ é definido como um comportamento (político) caracterizado, de um lado, pela aceitação da unidade política mais abrangente, mas, de outro, pela busca de um certo favoritismo e de uma certa autonomia de decisão (em matéria política e econômica), mesmo ao risco de pôr em perigo a legitimidade do sistema político vigente. Assim, a ênfase não é na peculiaridade regional *per se* (folclore, traje típico, maneiras locais de falar etc.), mas naqueles fatores que podem afetar, provavelmente, as relações políticas, econômicas e sociais com as outras regiões e com a unidade maior de governo, no caso, a União.” Levine, Love, Wirth (1982), p. 11.

<sup>65</sup> Levine, Love, Wirth (1982), p. 10.

<sup>66</sup> *Diário do Poder Legislativo*, 2 de junho de 1935, p. 892.

<sup>67</sup> *Diário do Poder Legislativo*, 5 de julho de 1935, pp. 2000-2001.

Estabelecido que eram os estados, como agentes políticos autônomos, que articulavam boa das pressões dos grupos econômicos a nível federal<sup>68</sup>, resta descobrir quais eram as regiões do país com mais *stakes* no comércio teuto-brasileiro. Utilizando como base os discursos parlamentares e as outras evidências anedóticas expostas em Hilton (1977), parece que a reação mais forte a favor do comércio compensado tenha vindo principalmente dos estados do Nordeste e do Rio Grande do Sul, mas essa hipótese ainda careceria de confirmação quantitativa. Nas próximas seções desse capítulo, os principais produtos de exportação para a Alemanha (analisados no **Capítulo 3**) terão seus portos de origem identificados, de modo que o impacto regional do comércio com a Alemanha fique mais claro.

## 4.2. O algodão em São Paulo e no Nordeste

Como mencionado no **Capítulo 3**, a produção brasileira de algodão tinha a propriedade peculiar de poder ser redirecionada a outros países quando o comércio de compensação era comprometido, de modo que as exportações totais de algodão continuaram crescendo entre 1935 e 1936, ano de considerável queda nas exportações do produto à Alemanha. Se a restrição à venda de algodão em moedas bloqueadas realmente não causou queda no volume total do bem exportado, qual seria o motivo da reação tão vigorosa do deputado Boto de Menezes e das Associações Comerciais do Nordeste contra a interdição desse comércio? A verdade é que uma análise como a realizada no capítulo anterior com base em *O Observador Econômico e Financeiro*, que trata das vendas de algodão apenas em agregado, deixa de visualizar os potenciais impactos distributivos regionais da suspensão da compensação.

---

<sup>68</sup> Ao menos no período constitucional (1934 a 1937).

*Tabela 6. Volume de algodão em rama exportado por porto de origem (quilogramas), 1935-1937.*

	1935	1936	1937	Variação 1935-1936	Variação 1936-1937
Manaus (AM)	540	0	0	-540	0
Belém (PA)	569.457	304.774	1.461.053	-264.683	+1.156.279
São Luís (MA)	2.647.384	1.334.177	3.791.405	-1.313.207	+2.457.228
Parnaíba (PI) Amarração (PI)	3.468.774	2.992.663	3.161.485	-476.111	+168.822
Camocim (CE)	37.788	0	33.667	-37.788	+33.667
Fortaleza (CE)	164.416	103.258	294.145	-61.158	+190.887
Aracati (CE) Areia Branca (RN)	19.952.944	18.366.759	15.933.467	-1.586.185	-2.433.292
Natal (RN) Cabedelo (PB)	178.788	3.347	325.173	-175.441	+321.826
2.365.745	1.404.152	3.242.393	-961.593	+1.838.241	
Recife (PE)	9.440.276	6.352.747	6.982.408	-3.087.529	+629.661
Maceió (AL)	24.324.107	21.846.867	27.796.416	-2.477.240	+5.949.549
Penedo (AL)	11.462.883	11.945.393	17.661.270	+482.510	+5.715.877
Aracajú (SE)	3.479.787	2.416.296	2.325.629	-1.063.491	-90.667
Salvador (BA)	1.477.633	204.218	57.589	-1.273.415	-146.629
Rio de Janeiro (DF)	265.298	140.059	0	-125.239	-140.059
Santos (SP)	949.433	45.347	159.066	-904.086	+113.719
932.979	428.728	629.226	-504.251	+200.498	
	56.911.469	132.424.711	152.323.835	+75.513.242	+19.899.124

Fonte: Dados construídos a partir de Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937.*

A **Tabela 6** traz um dado curioso: entre 1935 e 1936, o volume de algodão exportado caiu em todos os portos do Brasil, com exceção de Santos e Recife (que teve um pequeno aumento). O aumento de exportações pelo porto de Santos foi, contudo, mais que suficiente para compensar todas as perdas nos portos de outros estados<sup>69</sup>. Como evidência adicional do efeito positivo do comércio compensado sobre as exportações do “Norte” (mas não necessariamente de São Paulo), a maioria dos portos desses estados reagiu positivamente ao retorno da venda de algodão em marcos bloqueados.

A queda das exportações de algodão deve ter sido bastante danosa para o Nordeste brasileiro<sup>70</sup>, especialmente quando se leva em conta a importância dos impostos de exportação para o financiamento dos cofres estaduais. A situação se torna mais alarmante por causa da importância do algodão nas exportações de alguns estados: se os valores oficiais forem considerados, no ano de 1935 mais de 90% do valor exportado pelo porto de Cabedelo, único porto da Paraíba<sup>71</sup>, advinha das vendas de algodão<sup>72</sup>.

Getúlio Vargas, naturalmente, não podia correr o risco de perder o apoio político dos estados do Nordeste, principalmente na vigência do regime constitucional de 1934. Uma forma (limitada) de se dimensionar a força política desses estados<sup>73</sup> é pela representação parlamentar destinada a eles, que correspondia a 92 dos 250 assentos da 1ª Legislatura eleita sob a Constituição de 1934<sup>74</sup>. Além do mais, no final de 1935 já se articulava o golpe de estado de 11 de novembro de 1937<sup>75</sup>, que levaria ao Estado Novo.

---

<sup>69</sup> O algodão produzido no Nordeste e em São Paulo não tinham apenas custos de produção diferentes, mas também qualidades diferentes. Durante os anos 1930, a Secretaria da Agricultura de São Paulo teria promovido o desenvolvimento de novas sementes de algodão, de fibra mais longa que aquelas utilizadas no Nordeste (Love, 1982). Hilton (1977) menciona que o algodão nordestino seria de “tipo inferior”.

<sup>70</sup> É curioso notar que as exportações de algodão nordestino eram baixas antes de 1934, de modo que o aumento do volume parece ter sido consequência direta dos preços altos pagos pela Alemanha. O próprio porto de Cabedelo exportava, em 1933, menos de um décimo do valor exportado em 1937. Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937*.

<sup>71</sup> Não foi possível estimar a porcentagem das exportações paraibanas que partiam desse porto. É perfeitamente possível que outros portos, como o de recife, fossem responsáveis por parte considerável da produção paraibana.

<sup>72</sup> Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937*.

<sup>73</sup> Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

<sup>74</sup> Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. *Boletim Eleitoral*, 14 de agosto de 1934, p. 1.

<sup>75</sup> Se o testemunho de Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul até 1937, for tomado como fiel à realidade, Vargas estaria preparando um golpe de estado desde pelo menos agosto de 1935. Vargas teria dito que “Flores, com esta Constituição de 34 e com este Congresso eu não poderei continuar governando”. *Diário do Poder Legislativo*, 11 abril de 1953, p. 2642.

Se, nessa ocasião, Vargas pode contar com a solidariedade da maioria dos governadores<sup>76</sup>, foi após anos de convencimento e articulação política.

#### **4.3. Lã, couros, fumo e borracha.**

Como constatado no **Capítulo 3**, das principais exportações para a Alemanha, a lã e a borracha seriam provavelmente as que mais sofreriam com o fim do comércio compensado. Além disso, esses dois produtos eram também os mais geograficamente concentrados (Tabela 7, Tabela 8), enquanto os couros vacuns (Tabela 9) eram mais bem distribuídos pelos estados do Brasil. As exportações de fumo em folha (Tabela 10) eram concentradas no porto de Salvador, mas o Rio Grande do Sul também exportava quantidades consideráveis do produto. É de se esperar que esses itens cuja produção (e exportação) era fortemente concentrada em um estado conseguisse articular melhor sua defesa no plano federal.

*Tabela 7. Porcentagem das exportações de lã brasileira exportadas pelos portos do Rio Grande do Sul (volume), 1935-1937.*

1935	1936	1937
98,54%	99,47%	98,91%

Fonte: Fonte: Dados construídos a partir de Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937*.

*Tabela 8. Porcentagem das exportações de seringa (Hevea) brasileira exportadas pelos portos do Amazonas e Pará (volume), 1935-1937.*

1935	1936	1937
99,69%	98,95%	99,33%

Fonte: Fonte: Dados construídos a partir de Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937*.

---

<sup>76</sup> Todos os governadores, com exceção do baiano Juraci Magalhães e do pernambucano Carlos de Lima Cavalcanti, se mantiveram em seus postos imediatamente após o golpe. Camargo (1989).

*Tabela 9. Porcentagens das exportações de couros vacuns salgados por portos de cada estado (volume). 1935-1937*

	1935	1936	1937
Alagoas	0,22%	0,06%	0,00%
Bahia	6,87%	4,37%	4,96%
Espírito Santo	0,90%	0,78%	0,61%
Distrito Federal	15,33%	15,45%	14,18%
São Paulo	30,93%	38,80%	34,37%
Paraná	1,29%	1,41%	1,18%
Santa Catarina	0,01%	0,16%	0,10%
Rio Grande do Sul	42,35%	37,11%	43,73%
Mato Grosso	2,10%	1,86%	0,88%

Fonte: Dados construídos a partir de Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937*.

*Tabela 10. Porcentagem das exportações de fumo em folha brasileiro exportadas pelos portos da Bahia e do Rio Grande do Sul (volume), 1935-1937.*

	1935	1936	1937
Bahia	90,12%	87,00%	82,50%
Rio Grande do Sul	8,24%	9,97%	11,99%

Fonte: Dados construídos a partir de Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937*.

Se os valores oficiais forem considerados, temos que o fumo em folha, os couros vacuns salgados e a lã em bruto representavam cerca de 44% do valor exportado pelos portos do Rio Grande do Sul<sup>77</sup>. No caso dos couros, inclusive, é provável que os exportadores gaúchos fossem ainda mais dependentes da Alemanha que a média nacional. Como vimos anteriormente, a porcentagem dos couros vacuns salgados brasileiros consumidos pela Alemanha (em volume) sempre esteve entre 30% e 50% durante o período 1932-1938. Em 1936, por exemplo, o Reich comprou 41,33% das exportações brasileiras desse produto, enquanto o segundo maior cliente, os EUA, compraram 27,79% e o terceiro, a Tchecoslováquia, comprou 10,90%. Curiosamente, o porto de Santos, maior escoadouro de couros vacuns salgados daquele ano, fornece 85% das encomendas americanas, 94% das encomendas tchecoslovacas, mas apenas 3% das encomendas

<sup>77</sup> Ano de 1936. Calculado a partir de: Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937*.

alemãs<sup>78</sup>. Em 1936, portanto, é bastante provável que a grande maioria (mais que 41,33%) dos couros vacuns salgados exportados pelos portos do Rio Grande do Sul tenham se destinado à Alemanha.

De fato, uma grande porção da economia gaúcha devia estar comprometida no comércio com a Alemanha, de tal modo que a suspensão por um longo período de tempo do esquema de compensação poderia afetar profundamente a produção daquele estado. Somado à questão econômica propriamente dita, há um outro motivo potencial, sugerido pelo diplomata alemão Otto Kiep<sup>79</sup>, para a existência de um forte *lobby* pró-compensação nos estados do sul do Brasil (e portanto do Rio Grande do Sul). Kiep chega a mencionar, em documento ao ministério de relações exteriores do seu país, que a presença de uma grande comunidade de alemães no Brasil, interessada em adquirir bens alemães e exportar artigos como lã, fumo e carne, serviria efetivamente como grupo de pressão na aceitação do comércio compensado<sup>80</sup>.

Por outro lado, a baixa dependência relativa das exportações paulistas deve ter gerado uma certa indiferença daquele estado em relação à sorte do comércio de compensação. Se isso diz alguma coisa, *O Estado de São Paulo*, principal porta-voz da malfadada candidatura presidencial de Armando de Sales Oliveira<sup>81</sup> às eleições de 1938<sup>82</sup>, chega a se colocar abertamente contrário à compensação menos de um ano antes das eleições presidenciais. Em *Notas e Informações*, o jornal se posiciona de modo bastante objetivo: “Estamos em que a denuncia dos acordos de compensação é um bem. O commercio deve ser livre e precisa ser effectuado em moedas de curso internacional”<sup>83</sup>. Se um jornal como *O Estado de São Paulo* - cuja redação muitas vezes se confundia com

---

<sup>78</sup> Calculado a partir de: Ministério da Fazenda. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937*; Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura. *Estatística do Comércio do Porto de Santos com os países estrangeiros, 1936-1937*.

<sup>79</sup> Antigo cônsul geral de seu país em Nova Iorque e participante ativo das negociações com o Brasil que resultariam no comércio compensado. Hilton (1979).

<sup>80</sup> Hilton (1979), p. 113.

<sup>81</sup> Cunhado Júlio de Mesquita Filho (diretor geral de *O Estado de São Paulo*), presidente da S.A. proprietária do jornal e brevemente diretor d'*O Estado*, Armando de Sales Oliveira controlou o executivo paulista entre 1933 e 1938. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC – FGV, verbete Armando de Sales Oliveira.

<sup>82</sup> Em 1937, durante a campanha presidencial para as eleições não realizadas de 1938, *O Estado de São Paulo* passa a publicar uma nova seção, chamada de *Jornal do P.C.*, destinada exclusivamente à cobertura da candidatura de Sales Oliveira. Para exemplo do *Jornal do P.C.*, checar *O Estado de São Paulo*, 2 de setembro de 1937, p. 15.

<sup>83</sup> *O Estado de São Paulo*, 18 de julho de 1937, p. 5.

a própria campanha presidencial de Sales Oliveira - se sentia confortável tomado esse posicionamento<sup>84</sup>, é provável que esse não fosse um tema tão saliente nas preocupações paulistas.

---

<sup>84</sup> Que provavelmente seria rechaçado em outros estados, diga-se de passagem.

## 5. Conclusão

Por meio desse trabalho, procuramos verificar quais setores teriam composto a base de sustentação política do comércio compensado teuto-brasileiro. Constatamos que alguns itens de exportação importantes, como o algodão nordestino, o fumo baiano e os couros, lã e fumo gaúchos<sup>85</sup> parecem ter se tornado particularmente dependentes das compras do mercado alemão, fato suportado pelas atitudes tomadas pelas representações desses estados<sup>86</sup>. Inconformados com o potencial declínio dessas exportações, os políticos do Rio Grande do Sul e dos estados do Nordeste apelaram para que as vendas internacionais em moeda bloqueada não fossem suspensas, por vezes utilizando retórica regionalista e atacando os supostos privilégios de São Paulo.

Mostramos também que o estado de São Paulo era menos dependente do comércio compensado que seus pares, dada a forma que as exportações desse estado eram estruturadas. Além de a Alemanha não ter aumentado significativamente as compras de café brasileiro durante a vigência do esquema de compensação, as outras exportações que saíam pelo porto de Santos<sup>87</sup>, como o algodão e os couros, parecem ter se mostrado competitivas internacionalmente. Como visto no **Capítulo 4**, a Alemanha representava uma fração surpreendentemente pequena dos couros exportados por aquele porto, enquanto os plantadores de algodão paulistas eram capazes de vender seus produtos a preços mais baixos que os nordestinos.

Por fim, lembremos que o impacto do comércio com a Alemanha em algumas economias regionais não pode ser subestimado. Alguns portos, como o de Cabedelo (PB) experienciaram um crescimento sensível de suas exportações entre 1932 e 1938, alimentado, no caso desse porto específico, pela venda de algodão para os alemães. A importância dos impostos de exportação, de alcada estadual, deve ter potencializado os efeitos do comércio de compensação nos cofres públicos desses estados, que passariam a constituir um “*vested interest*”<sup>88</sup> a favor daquele comércio. É de se imaginar que Getúlio

---

<sup>85</sup> Como foi visto, a Alemanha também dominava o mercado brasileiro de borracha, concentrado no Amazonas e Pará. Apesar disso, o peso político desses estados não era suficientemente relevante para que eles conseguissem sustentar sozinhos a defesa do comércio compensado.

<sup>86</sup> Essa conclusão parece estar em linha com Abreu (1998).

<sup>87</sup> As exportações que saíam pelo porto de Santos não precisavam ser necessariamente do estado de São Paulo, mas é de se esperar que elas não tivessem se originado em estados muito distantes.

<sup>88</sup> Expressão de Momtchiloff (1944), p. 22.

Vargas, se articulando entre manter uma maioria Câmara dos Deputados e angariar apoio ao seu golpe de estado, tenha evitado desagradar as elites políticas do Nordeste e Rio Grande do Sul.

## **Referências Bibliográficas**

### **I. Artigos, livros e dissertações**

- ABREU, Marcelo de Paiva. *O Brasil e a economia mundial 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- CAMARGO, Aspásia. *O Golpe Silencioso: As origens da república corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO, CPDOC – FGV.
- EICHENGREEN, Barry; IRWIN, Douglas A. *The Slide to Protectionism in the Great Depression: Who Succumbed and Why?* The Journal of Economic History, Dezembro de 2010.
- HILTON, Stanley E. *O Brasil e as Grandes Potências: 1930-1939*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- LEVINE, Robert M; LOVE, Joseph L.; WIRTH, John D. *Introdução*. in LOVE, Joseph A *Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LOVE, Joseph L. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MILWARD, A. *The Reichsmark Bloc and the International Economy*. in KOCH, H. W. *Aspects of the Third Reich*. Macmillan, 1985.
- MOMTCHILOFF, N. *Ten Years of Controlled Trade in South-Eastern Europe*. National Institute of Economic and Social Research, Londres: Cambridge University Press, 1944.
- NEAL, Larry. *The Economics and Finance of Bilateral Clearing Agreements: Germany, 1934-8*. The Economic History Review, Agosto de 1979: 391-404.
- NETTO, Antônio Delfim. *O Problema do Café no Brasil*. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1959.

TOOZE, Adam. *The Wages of Destruction: The Making and Breaking of the Nazi Economy*. Penguin Books, 2006.

TRONCA, Ítalo. *O Exército e a Industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942)*. in FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira v. 10*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

## **II. Publicações oficiais**

BRASIL. Câmara dos Deputados. Diários do Poder Legislativo. Anos 1935 e 1953.  
Acessível em: [http://imagem.camara.gov.br/pesquisa\\_diario\\_basica.asp](http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp)

BRASIL. Ministério da Fazenda. Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1933-1937*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira, 1940.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1937-1938, Volume I*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira, 1941.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Tesouro Nacional. *Comércio Exterior do Brasil, Anos 1932-1936*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira, 1937.

BRASIL. Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Boletim Eleitoral. 14 de agosto de 1934.  
Acessível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4143>

## **III. Publicações periódicas**

*O Estado de São Paulo*

*O Observador Econômico e Financeiro*